

APRESENTAÇÃO

ARQUEOLOGIA DO SOM

O 18.º número da revista *CEM* foi consagrado ao tema da «Arqueologia do Som», convergindo linhas de trabalho de dois grupos de investigação, «Territórios, Paisagens e Ambiente» e «Património Material e Imaterial», e perspetivando uma abordagem transdisciplinar e multidisciplinar conforme a vocação do CITCEM.

Este número pretende construir uma visão plural em torno da importância dos sinos, nas suas mais diversificadas dimensões, designadamente: os processos de fabrico (artesanais ou industriais, antigos ou recentes, fundição itinerante ou em fábrica); os mais antigos exemplos de sinos preservados em Portugal; os conteúdos das inscrições sineiras e a sua interpretação; as devoções associadas aos sinos e o modo como estes as reforçam; o papel do toque dos sinos (e, de uma maneira mais ampla, da música) na religiosidade e na configuração dos espaços paroquiais; os tipos de toque, seus usos e regulamentação, significados e funções; o valor apotropaico do toque e os usos civis; aspetos artísticos dos sinos: iconografia, heráldica e símbolos protetores; o contributo das torres sineiras na composição da arquitetura religiosa através dos tempos; e metodologias de análise e interpretação patrimonial destes objetos.

Mas, a par dos sinos, que foram o *leitmotiv* (para usar uma expressão de índole musical) deste número, os coordenadores decidiram alargar as abordagens a outras dimensões da música e dos instrumentos musicais, numa perspetiva iconográfica e arqueológica. Assim, a par de diversos artigos sobre sinos, o leitor encontrará igualmente uma síntese sobre instrumentos musicais em contextos arqueológicos islâmicos e outra sobre a representação iconográfica de instrumentos musicais no Românico português. Para além destes artigos que integram este presente dossiê temático da «Arqueologia do Som», coligimos um segundo dossiê, composto por vinte fichas, onde se sistematiza a informação sobre fossas sineiras exumadas em Portugal, detetadas em contexto de intervenções arqueológicas em templos ou claustros, onde se procura padronizar os dados conhecidos e estabelecer um estado da arte.

Enquanto organizadores desta edição, cumpre-nos agradecer o aturado trabalho de revisão levado a cabo por múltiplos investigadores, originários de diferentes zonas do país, que, com os seus comentários e sugestões, potenciaram verdadeiramente a presente publicação. Não podemos deixar de expressar também o nosso profundo reconhecimento pela forma como os diversos Arqueólogos responderam ao nosso

desafio, preenchendo a respetiva ficha e cedendo imagens que ajudam a documentar as estruturas. Na forma de autores (de artigos ou de fichas), revisores ou editores, uma boa parte dos estudiosos dedicados atualmente à temática sineira em território nacional ficam representados neste volume.

Como escreveu Carlos Alberto Ferreira de Almeida, em 1966:

O sino regulou até há bem pouco tempo toda a vida da localidade onde tem o seu poiso. O trabalho jornalheiro iniciava-se com o toque das ave-marias, ao dar o meio-dia parava-se para ir jantar e, ao cair das trindades, terminava todo o labor nos campos. Era a hora de recolher. Era mesmo perigoso continuar com os bois atrelados depois dessa hora. (Almeida 1966, p. 342).

Com efeito, desde tempos recuados, e até ao início da difusão dos relógios mecânicos — cuja presença Duarte de Armas, no seu *Livro das Fortalezas* (c. 1509-10), registou em Olivença (fl. 22v-24), Elvas (fl. 24v-26), Arronches (fl. 30v-31) e Chaves (fl. 94v-95) (Armas 1990; Armas 2016) — o tempo era marcado pelo toque dos sinos. O dia começava com as Matinas, anunciadas pelo sino, e continuava até ao cair do dia, com toques regulares que convidavam à oração. Nas povoações amuralhadas, o fechar de portas era anunciado pelo sino de correr. No Castelo de Guimarães sobrevivem, num dos seus torreões, os dois pilares onde se instalava, outrora, o sino de correr.

Nas *Vereações* medievais do Porto registam-se, em vários pontos, as questões em torno do sino de correr. Na reunião de 25 de agosto de 1390 decidiu-se «... que depois que o dito syno for tangudo que o alcaide com seus homeens ande per toda a dita çidade e todo homem que achar andar pella dita Cidade que o prenda e leve a cadea ataa que del faça direito...» (*Vereações* 1936, p. 32).

Nas Cortes de 1498 regista-se o funcionamento do «sino de correr»:

Item. Senhor antigamente se costumou em os lugares de vossos Regnno terem per ordenança tanjerem o ssyno da colher no Jnverno des as biij oras atee as nove E no veraao das ix oras atee as dez E agora os Rendejros alcaides e meirinhos vossos nam querem contentar nem pagar o syneiro de seu trabelho por tall que Nam tangam [...] (Cortes Portuguesas 2002, p. 115).

O monarca respondia:

[...] que o dicto syno se tanga as ditctas oras nos dictos tenpos bj meses do veraão e bj do Jnvernos [sic] e o syneiro que menos tanjer aja grande pena E se nam for tangido por mjngo de nam ser pago que neenhuu nam seja preso nem <perca>

ssuas armas salvo achando se que faz o que nam deve ou sendo homem nam conhecido ou muyto conhecido no que vosa alteza lhes faraa muyta merçee. (Cortes Portuguesas 2002, p. 115).

Durante o dia, as mais diversas reuniões — fossem assembleias judiciais, camarárias, capitulares ou de cabidos — eram convocadas «per campana tangida». As novidades eram anunciadas com o «repicar» dos sinos: «...que tanto que repicarem o sino venham todos aa igreja pera saberem o que lhes mandam fazer...» (*Synodicon Hispanum* 1982, p. 367). Os sinos serviam, ainda, para assinalar as festividades religiosas, os chamamentos militares, o simples passamento de algum familiar ou vizinho... (Paula 2018). O toque dos sinos pautava, portanto, o viver diário das comunidades, fossem elas urbanas ou rurais (Paula 2021).

O toque dos sinos, com esta abrangência quotidiana, implicava custos. Na Comenda de Ega, a Ordem de Cristo assegurava o espiritual e o temporal da vila, tendo a seu cargo os ornamentos da igreja, mas «os fregueses coregem o corpo da egreja e põem o sino.» (*Tombos da Ordem de Cristo: Comendas do Vale do Mondego* 2006, p. 166). E na sessão camarária do Porto, de 26 de outubro de 1393, registou-se a despesa com o sino de correr:

Era de mjl e iiijc xxxj annos vynte e sseys dias doutubro Joham Ingrees se obrigou a tanger o ssyno do ouljual cada huma noyte aas oras que sse deve tanger por C L libras... E falecendo Joham Ingrees desto Joham de Çinfaaes alcaide se obrigou a o fazer tanger. (Vereações 1936, p. 203).

Em diversos sínodos portugueses alude-se aos religiosos que não cumpriam devidamente o ritmo das orações. O Sínodo de Braga, de D. Luís Pires, reunido em 11 de dezembro de 1477, dedicou a sua 4.^a constituição a «De como ham de tanger aas Oras e rezar no coro», mandando

...a qualquer thesoureiro ou sãaochristão e aos sobredictos beneficiados a quem perteeceer que o constangam que tanga aas Matinas a taaes oras, segundo a festa e dia que for e grandeza do oficio o requerer, que possam seer bem cantadas nas egrejas e moesteiros onde devem seer cantadas, ou sejam bem rezadas onde nom podem seer cantadas, em tal maneira que sejam de todo acabadas quando conpeçar d'álvorecer pouco mais ou menos. E o tanger dos sinos seja per tal espaço que os que ouverem de ir aas Matinas possam aver tenpo pera se vestirem e virem até a egreja e fazer sua oraçom ante o crucifixo e sobirem ao coro. (Synodicon Hispanum 1982, p. 83).

Por seu turno, o Sínodo da Guarda, reunido pelo bispo D. Pedro Vaz Gavião em 12 de maio de 1500, registava que se devia mandar tanger as Matinas, as Missas e as Vésperas, ordenando que «...priors ou beneficiados ou seus capelães vão rezar cada

dia totalas Horas em as ditas igrejas, tendo as sobrepelízias vestidas e mandando tanger às Matinas, Missa e Vésperas.» (*Synodicon Hispanum* 1982, p. 250). As igrejas deviam abrir com as Matinas e encerrar com as Trindades:

E nas aldeias onde se não disser missa cotidianamente as abras cada dia pela manhã e as cerre depois das oito horas, não abrindo mais aquele dia. E assim depois de sol posto tanga à Trindade por lembrança de nossa Senhora e de Jesus Cristo seu filho nosso Senhor. (*Synodicon Hispanum* 1982, p. 252).

Depois do sol-posto, os sinos não deviam ser mais tangidos, nem mesmo a pretexto de vigílias noturnas (*Synodicon Hispanum* 1982, pp. 99, 179 e 399). De um modo generalizado, o tanger do sino interrompe-se igualmente durante o Tríduo Pascal, momento pesaroso do calendário litúrgico, em que toda a comunidade religiosa recorda o sacrifício de Cristo. A Igreja desaconselha a realização de casamentos ou de outras celebrações de alegria no decorrer deste período (Sebastian 2008, p. 87), em conformidade com a solenidade do momento. O silêncio é, por isso, também um veículo de comunicação de mensagens dos sinos.

O modo de tanger os sinos obedecia a critérios rigorosos e era frequentemente registado pelas Igrejas, de modo a garantir a sua correta execução. Na Sé do Porto, conservaram-se dois regulamentos para o toque dos sinos, datados do bispado de D. João de Magalhães e Avelar (1816-1833) e de D. António José de Sousa Barroso (1899-1918) (Felícia [no prelo]). Pelas informações contidas nas «Observações Geraes» do regulamento de D. António de Sousa Barroso, sabemos que ao sineiro competiam os «signaes das Campas que fazem a Entrada quotidiana para o Côro», assim como «as badaladas do estylo [a dar] ao meio-dia, avé-marias e noute», clarificando, desse modo, as responsabilidades inerentes à função (Felícia [no prelo]).

O documento previne, ainda, a emissão de sinais não autorizados por parte do sineiro, esclarecendo que «quando o Paroco ou qualquer pessoa estranha pedir algum signal por um motivo legítimo, o Sineiro o poderá dar mediante os emolumentos que por direito ou costume merecer» e advertindo para o facto de «nunca, porém, o Sineiro dará Signal algum sem primeiro o participar [ao Sacristão], sob pena de abuso muito reprehensivel»¹. Com base no exposto, compreendemos não só que o sineiro era remunerado pelas suas funções, mas também que os usos indevidos dos sinos deveriam ser frequentes no início do século XX.

O tipo de badaladas (dobradas e repiques) estava contemplado nestes documentos e acompanhava o sineiro nos seus afazeres diários. Para além destas tipologias

¹ A respeito, conversamos com o Sineiro Hélder Pinto, responsável pelo toque manual do carrilhão da Igreja Matriz de Arentim — Braga, que nos confirmou a atualidade da questão. De acordo com o sineiro, que levou a cabo um trabalho notável na atualização, aperfeiçoamento e revitalização do repertório de melodias do carrilhão de Arentim, por vezes é ainda chamado à atenção por tocar canções como os *Parabéns*, o *Hino da Alegria* ou o *Bailinho da Madeira*. No entanto, e seja por desafio da população ou por simples vontade própria, as cantigas continuam a ser cantadas por aqueles sinos.

de toque, que implicam a disposição de uma corda ao badalo do sino para o fazer movimentar-se, podia ainda bamboar-se o sino através de uma cegonha, ou seja, um elemento metálico preso ao cabeçalho que possibilitava a oscilação da peça e o seu acionamento através do movimento do sistema de suspensão.

Na sequência da automatização dos sistemas de toque, os códigos para a compreensão dos seus significados foram-se perdendo, tal como aconteceu com o modo tradicional de os tocar. O acionamento dos sinos através de dispositivos eletromecânicos ocorreu a partir dos inícios do século XX, sendo estes substituídos por dispositivos eletrónicos nos finais da mesma centúria (Sebastian 2008, p. 103). Por consequência, muitas das torres sineiras do nosso país encontram-se agora em estado de ruína ou abandono, facto que levou também à erradicação paulatina dos tocadores de sinos e contribuiu para uma desvalorização e esquecimentos destas peças (Felicía 2019b).

A tradição convive, agora, com a modernidade em muitos locais do nosso país. As tradicionais torres e pequenos campanários, são hoje acompanhadas por soluções mais inovadoras e inventivas. Em Compostela, na Foz do Sousa, um pequeno sino fundido em 1948 na Nova Lusitânia de Henrique da Silva Jerónimo, disposto numa pequena ventana existente ao cimo de uma escada, comprova a herança secular do toque manual dos sinos. Presa à cegonha, pode ainda observar-se a fita improvisada utilizada, outrora, para anunciar mensagens à comunidade. O sino encontra-se completamente acessível para quem ali passa, sem que seja necessário transpor qualquer grade, portão ou estrutura. O sino é pertença de todos e está, por isso, completamente ao dispor de quem o quiser observar ou tocar.

Recentemente, construiu-se uma nova torre sineira onde se instalou um conjunto de nove sinos produzidos em 2022 pela Fundação de Sinos de Braga de Serafim da Silva Jerónimo. O pequeno «carrilhão»² completamente automatizado foi disposto numa torre independente à capela e aparentemente inacessível, mas completamente aberta, numa solução que permite a contemplação do espetáculo brônzeo quando os martelos e sistemas de bamboar são acionados.

De uma forma particularmente louvável, a paróquia afixou uma placa comemorativa da cerimónia de bênção dos sinos, ocorrida a 3 de julho de 2022, presidida pelo Senhor Bispo do Porto, D. Manuel Rodrigues Linda, onde se regista a nota e o patronato correspondente a cada uma das peças do conjunto. Numa oportunidade rara, podem conhecer-se melhor os sinos suspensos na torre comodamente ao nível do solo.

Como referimos, era pelo toque dos sinos que, na Idade Média e na Época Moderna, se convocavam os vizinhos para receberem as novidades: desde as determinações do monarca ou do senhor da terra até outros avisos. Mas o toque dos sinos continuou a ser utilizado como sinal de alerta até um passado muito recente. Ainda nos finais do século

² Segundo a Federação Mundial do Carrilhão, apenas são considerados carrilhões os conjuntos de sinos com mais de 23 peças. Os conjuntos executados antes de 1940 e constituídos por um número entre 15 e 22 sinos, são designados por carrilhões históricos. Não obstante, o termo é popularmente utilizado para designar conjuntos de sinos de número inferior ao estabelecido pela Federação.

XIX assim acontecia. Várias localidades do norte de Portugal possuíam um sistema de aviso de incêndio que era feito por toques de sino, correspondendo o número de badaladas à freguesia onde o incêndio deflagrara. Ainda sobrevivem várias dessas caixas metálicas, em ferro fundido, no Porto, em Vila Nova de Gaia, em Guimarães e em Viana do Castelo. As caixas portuenses, que chegaram a ser 21, distinguindo outros tantos toques de sino, apresentam datas compreendidas entre 1853 e 1882. A única que conhecemos em Vila Nova de Gaia, sobrevive na Igreja paroquial de Valadares. As de Guimarães, fundidas na Fundação do Ouro, no Porto, que devem ter sido 11 (porque distinguem outros tantos toques) trazem a data de 1888. E a de Viana do Castelo, que contemplava 11 toques distintos, apresenta inscrição de 1898. No Porto, subsiste uma caixa junto ao Colégio de Nossa Senhora da Esperança, que integra 21 toques, apresentando a data de 1853.

A quantidade de sinos de que deveria dispor cada templo era determinada pelas Constituições Sinodais e estabelecia a diferenciação entre eles: catedrais, paroquiais e colegiadas:

As diretrizes da Santa Sé, designadamente as do século XVII, determinam como obrigatório nas Catedrais o uso de sete sinos, ou nessa impossibilidade, de pelo menos cinco. No caso das colegiadas, definem a existência de pelo menos três, de tamanhos e tons distintos «de que resulte boa consonância, pera com elles se fazerem finais diversos». Nas igrejas paroquiais deveriam contar-se os mesmo três sinos ou, não sendo possível, que existissem pelo menos dois «excepto, se forem tão pobres, que os não possam ter, porque neste caso se permitirá, que haja somente hum, que bem possa ser ouvido em toda, ou na mayor parte da freguesia, & procurar-seja, quanto for possível, que os sinos sejam bentos na forma do Pontifical.» (Constituições Synodales do Bispado do Porto, novamente feitas, ordenadas pelo illustrissimo e reverendissimo Senhor Dom Ioam De Sovsa, Bispo do dito Bispado, do Conselho de sua Magestade e fey sumilher de Cortina. Propostas e aceitas em o Synodo Diocesano que o dito senhor celebrou em 18 de Maio do Anno de 1687. (Porto: Joseph Ferreyra – Impressor da Universidade de Coimbra, 1690, fl. 368 apud Felícia 2019a, p. 109)

As determinações veiculadas pelos Sínodos eram reiteradas e verificadas pelas Visitações, que procuravam garantir o «número, estado de conservação, modo de funcionamento [dos sinos e das torres] ou, resumindo, se cumpriam bem as funções que lhes eram destinadas» (Sousa 2010, p. 163). No entanto, a natureza dos relatos dos visitantes remete frequentemente para uma observação das peças ao nível do solo, omitindo-se, por isso, as referências aos motivos representados na superfície destas peças, nomeadamente inscrições, sinetes de fundição e iconografias (Sousa 2010 p. 166). A inacessibilidade de algumas torres sineiras, ou pelo menos o seu difícil e/ou restrito acesso, pode ser inferida a partir destas fontes, realidade que ainda hoje se demonstra atual.

Portugal conta com alguns sinos medievais que sobreviveram até aos nossos dias ou sobre os quais, apesar de se terem perdido, conhecemos alguns dados. De entre eles, registemos aqueles que apresentam epígrafes com data expressa, e que correspondem a um período anterior aos finais do século XV:

Tabela 1. Sinos medievais portugueses e respetivas inscrições

Local	Data	Inscrição	Bibliografia
Igreja de São Pedro de Coruche	1287	<i>E(r)a M^a CCC^a XX^a V^a</i>	Sebastian 2008, p. 290
Convento de Santa Maria de Almoester, Santarém	1292	(1) + <i>SIGILLUM : BERENGARIE : ARIE : *</i> (2) + <i>MENTEm : SAnctAm : SPOnTANEAm : HONOREm : DEO : ET PAT(ri)E : LIBERACIONEM : / + Era : M^a : CCC^a : XXX^a :</i>	Barroca 2000, vol. 2, tomo 1, insc. n.º 421, pp. 1080-1087
Igreja de Santa Cruz de Coimbra	1294	<i>E(r)a M^a CCC^a XXX^a II^a</i>	Dias e Coutinho 2003, p. 148; Sebastian 2008, p. 60
Sé de Évora	1294	(1) + : <i>HOC : SIGNUM : FECIT : ODmNO [Sic] : PETro : EPiscopO : ELBOREnsis : Era : M^a : CCC^a : XXX : II</i> (2) + : <i>VENI : CREATOR : SPIRiTus : MEntES : TUORum : VISITA : IMPLÉ : SUPerNA : GRATia : Que : TU : CREasTI : PECTORA *</i>	Barroca 2000, vol. 2, tomo 1, insc. n.º 428, pp. 1106-1107
Sé de Lisboa	1377	(1) <i>"HEC IN CAMPANA DICUNTUR COMMODA SANA / LAUDO DEUM VERUM VOCO PLEBEM CONGREGO CLERUM / DEFUNCTOS PLORO SATAN FUGO FESTA DECORO /</i> (2) <i>ANGELE QUI MEUS ES CUSTOS PIETATE SUPERNA / ME TIBI COMMISSUM SANA DEFENDE GUBERNA / MENTEM SANCTAM SPONTANEAM HONOREM / DEO ET PATRIE LIBERATIONEM /</i> (3) <i>EN NA ERA De MCCCCXV ANNOS FOY FEYTO ESTE SINO DO RE / LOGIO [da] MUY NOBre CIDADE DE LIXBOA POR MANDADO DO / MUY NOBRE REY DOM FERNANDO DE PORTUGAL ET DO MUYTO HONRADO CABIDO DA DICTA CIDADE DE LIXBOA X DOS HOMES / BOOS [da] DICTA CIDADE MAISTRE IOHAM FRANCES ME FES"</i>	Barroca 2000, vol. 2, tomo 2, insc. n.º 658, pp. 1856-1862
Convento de São Bento de Cástriz, Mora	1391	<i>"ERA DE : MIL : E CCCC : XXIX : ANOS : ME MÃDO : FAZER : D : + / (DA : MAIOR : ABADESA : MECTEM : SÃNCTA) +"</i>	Barroca 2000, vol. 2, tomo 2, insc. n.º 676, pp. 1934-1936

(continua na página seguinte)

Local	Data	Inscrição	Bibliografia
Sé de Viseu	1393	"DONS JOHANES EPS FECIT FIERI E 1431"	Valdez 1912, p. 459; Paiva, coord., 2016, vol. I, p. 393
Sé de Viseu	1394	"JOHÂS . EPIS . VISENSIS ME FIZO . E 1432"	Valdez 1912, p. 459; Paiva, coord., 2016, vol. I, p. 393
Igreja de Santa Maria de Sintra	1468	+ MENTEm SANCTAm SPONTANEAm HONOREm / + DEO : PATRIE LYBERACIONEM : Era : M : CCCC : L : X : VIII : A(nos)	Pereira 1938; Barroca 2000, vol. 2, tomo 1, p. 1083
Convento de Jesus, Aveiro	1481	"+ ANO DOMINI M CCCC LXXX I / NICOLAUZ FECIT"	Gonçalves 1959, p. 123
Igreja de Jesus de Setúbal	1496	EMANVELL PRIMVS REX PORTVGVALIE ET ALGARBIORVM CITRA ET VLTRAMARA IN AFRICA ET DN GVINEE / 1496	Borba 1976-1977, p. 478

Fonte: Elaboração dos autores

A esta lista devemos acrescentar, ainda, um sino restituído pelos luteranos dinamarqueses, em 1529, e que, segundo um documento de D. Fernando Coutinho, bispo de Lamego, datado de 1532, tinha «...hu letreiro em q diz q foy feyto no año de mil e quatro cemtos e hum...» (Valdez 1911, p. 288), ficando a dúvida se seria A.D. 1401 ou Era de 1401/A.D. 1363. Este sino fazia parte de um conjunto de 12 sinos que tinham ido para serem fundidos e dar lugar a bombardas — «... como os ditos sinos fossem em seu poder os aviam de fazer em bombardas ...» (Valdez 1911, p. 287).

Conforme comprova a tabela, as inscrições registam diferentes informações, que incluem a data de produção do sino, ocasionalmente o nome do seu fundidor e um conjunto de fórmulas de cariz apotropaico e profilático, que procuram potenciar as capacidades esconjuratórias do sino.

A passagem *Mentem Sanctam Spontaneam Honorem Deo et Patriae Liberationem*, apresentada no sino do Convento de Santa Maria de Almoester, na Sé de Lisboa e na Igreja de Santa Maria de Sintra, atesta a ancestral tradição da invocação de Santa Ágata no contexto sineiro entre os séculos XIII e XV (Sebastian 2008, p. 62; Favreau 1982). Reportando-se ao epitáfio eternizado na lápide da jovem mártir, de acordo com Jacques de Voragine (Voragine 1982, p. 170), esta inscrição convoca a proteção da Santa, que foi adotada pelos fundidores de sinos como patrona, teorizando-se popularmente que a «associação da santa à indústria sineira» deriva da «semelhança do bronze incandescente à lava do Etna e [d]a suposta semelhança entre a morfologia do sino e os seios que foram arrancados a Ágata, segundo a sua hagiografia.» (Réau 1997, pp. 33-34). Robert Favreau explorou, de forma erudita e amplamente documentada, as inscrições sineiras medievais com a invocação *Mentem Sanctam, Spontaneam, Honorem Deo et Patriae Liberationem* e as suas implicações no mundo das sensibilidades religiosas e das mentalidades (Favreau 1982). A proteção oferecida pela santa de Catânia foi paulatinamente substituída pela de Santa Bárbara, conforme registou Luís Sebastian, e não chegou a alcançar o século XVII em Portugal (Sebastian 2008, pp. 62-64). A forte associação da

mártir de Nicomédia ao contexto sineiro foi assinalada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que registava a prática, no norte do país, de se tangerem os sinos enquanto se professavam, simultaneamente, rezas a Santa Bárbara em ocasião de tempestades e trovoadas (Almeida 1966, pp. 350-351).

Mais recentemente, em finais da Época Moderna e sobretudo na Contemporânea, a fórmula *ECCE CRUCEM DOMINI FUGITE PARTES ADVERSÆ*³ é relativamente frequente e apela às propriedades protetoras da Cruz de Cristo. Também alguns salmos, particularmente os recitados no decorrer do ritual de batismo dos sinos, ganham proporção, nomeadamente *LAVDATE DEVM IN CIMBALIS BENE SONANTIBVS* (Sl 150, 5), conforme se verifica na Catedral Portuense⁴, na Igreja da Venerável Ordem de São Francisco, no Porto, e em tantos outros sinos portugueses.

Nos sinos de matriz contemporânea, os patronatos e invocações multiplicam-se (Felícia 2020). A dedicação do sino é frequentemente escolhida com base no orago da igreja a que se destina, nas principais devoções a culto, ou simplesmente nas preferências do padrinho, ou do encomendante da obra. Após benzidos, na forma do Pontifical, conforme ordenam os desígnios sinodais, os sinos recebem um nome pelo qual ficarão conhecidos e tornam-se habilitados a comunicar as vontades de Deus e dos Santos. O padre Tomás Gonçalinho, liturgista e monge na Abadia de Singeverga, refletia sobre esta prática em 1932, referindo que

segundo alguns autores, o costume de dar nome aos sinos surge não só da necessidade de os distinguir entre si, mas também como ferramenta incentivadora da pontualidade dos fiéis para acorrer aos ofícios divinos, “fazendo-lhes ver que não são chamados apenas por um instrumento inanimado, mas pela voz de um santo” (apud Felícia [no prelo]).

A inclusão da autoria começa a evidenciar-se com maior frequência no século XVII, tornando-se «extremamente frequente no século XVIII e XIX, e quase obrigatória no século XX» (Sebastian 2006, p. 270). Ainda assim, conhecem-se os nomes de alguns fundidores e famílias de fundidores ativos em Portugal ao longo da diacronia.

O presente dossiê temático é composto por sete artigos, que apresentam perspetivas diversas em torno da temática sineira e do património sonoro. Os contributos destes autores representam, igualmente, diferentes áreas do conhecimento, procurando demonstrar-se a transversalidade do tema e a multiplicidade de abordagens a que pode ser sujeito.

³ Verifica-se nos sinos Jerónimo (1729), de Santa Ana e de Santa Bárbara (1769) na Sé do Porto (Felícia [no prelo]); no sino mais antigo da Igreja da Misericórdia do Porto (1884) (Felícia [no prelo]); no sino da Paróquia de Godim, no Peso da Régua (1958) (Felícia 2019a, p. 107) e num sino não datado da Igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, no Porto.

⁴ Sino Jerónimo (1729), sino de São Miguel (1683) e sino de Santa Ana (1719) (Felícia [no prelo]).

A abrir apresentam-se dois textos que procuram sintetizar dados sobre a música e os instrumentos musicais em período medieval. O primeiro, de Rosa Varela Gomes, constitui uma estimulante síntese sobre os instrumentos musicais no mundo muçulmano em território hoje português. O segundo, de Luís Correia de Sousa, explora o tema da iconografia de instrumentos musicais na escultura arquitetónica do nosso Românico que, pese embora seja pobre em escultura figurativa, encerra, ainda assim, uma série de casos muito interessantes. Estes dois textos, que saem do domínio restrito dos sinos, servem de antecâmara para o mundo sineiro, tema central do nosso volume.

No artigo *Campanas y campaneros en la transición entre el período altomedieval y los inicios del moderno*, Joan Alepuz Chelet analisa exemplares preservados destas cronologias em contexto valenciano, procurando traçar a sua evolução e identificar fundidores ativos entre os séculos XVI e XVII. O autor regista a evolução dos modelos formais utilizados e apresenta a leitura das inscrições, a tipologia da letra e iconografias dos sinos em estudo.

Marisa Pereira Santos identifica, no artigo *Uns «pedasso de sino»: o estudo de caso dos sinos da paróquia da Foz do Douro*, no Porto, um conjunto de 17 sinos que atualmente se conservam na igreja. Datados de 1928, a sua maioria foi produzida na Fundição de Sinos de Braga de José G. Coutinho & C.^a, registando-se, ainda, um sino produzido na Fundição de Sinos de Braga de Serafim da Silva Jerónimo & Filhos, Lda. (1997) e outro na Fundição de Sinos de Rio Tinto de L. M. da Costa (1957). Através das fontes documentais, a autora procura traçar a evolução destas peças na diacronia.

Em *Toques que regem o tempo. Os sinos e a tradição sineira em Corte do Pinto e na Mina de São Domingos (Mértola)*, Daniel Cardeira apresenta um estudo sobre o toque manual dos sinos, executado atualmente nestas freguesias alentejanas por mãos femininas. O vínculo afetivo entre as comunidades e os seus sinos é explorado neste trabalho, que demonstra o contágio de tradições entre freguesias limítrofes e apresenta os sinos existentes nas referidas igrejas, atribuíveis a Cândido Rodrigues Belas (1874), a Silva & Filhos (1892), ambos de Lisboa, à Fábrica de Relógios Cousinha – Almada (1966) e à *John Warner & Sons Crescent Foundry* (1897), os primeiros em Corte do Pinto e o último na Mina de São Domingos.

Ana João Costa e Silva apresenta, em *Duomo de Pozzuoli: a alteração sineira no tempo. Estudo de caso do novo campanário*, uma reflexão sobre a intervenção de 2003 na Catedral de Nápoles, da autoria de Marco Dezzi Bardeschi. A obra visou a construção de uma estrutura até então inexistente, facto decorrido da destruição das duas primitivas torres sineiras, que procurou estabelecer a relação entre a tradição e a modernidade através de signos, características e valores.

O presente dossiê encerra-se com o artigo *Os dois sinos da Igreja de Santiago, do Castelo de Palmela*, da autoria de António Correia e Miguel Correia, que apresentam a descrição formal e a leitura das inscrições dos sinos fundidos por Pedro António Acamino (1768) e Bernardo Paderne (1673), tendo este último sido alvo de refundição pela Fundição de Sinos de Rio Tinto em 1946.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1966. Carácter mágico do toque das campainhas. Apotropaiçidade do som. *Revista de Etnografia*. Porto: Museu de Etnografia e História de Augusto César Pires de Lima. 6(2), 339-370.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1964. Senhora da Abadia. *Revista de Etnografia*. Porto: Museu de Etnografia e História de Augusto César Pires de Lima. II(2), 303-308.
- ARMAS, Duarte de, 2016. *Livro das Fortalezas*. Ed. de João José Alves DIAS. Lisboa: Caleidoscópio; Academia Internacional de Cenografia.
- ARMAS, Duarte de, 1990. *Livro das Fortalezas. Fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. 2.^a ed., 1997; 3.^a ed., 2006. Ed., introdução e notas de Manuel da Silva CASTELO BRANCO. Lisboa: INAPA; ANTT.
- BARROCA, Mário Jorge, 2000. *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 3 vols. (4 tomos).
- BORBA, João Botelho Moniz, 1976-1977. Os sinos medievos da Igreja de Jesus de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. II/III, 477-481.
- Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*. Ed. João Alves DIAS. Lisboa: CEH-UNL, 2002.
- DIAS, Pedro, e José Eduardo Reis COUTINHO, 2003. *Memórias de Santa Cruz*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- FAVREAU, Robert, 1982. Mentem Sanctam, Spontaneam, Honorem Deo et Patriae Liberationem. Épigraphe et Mentalités. *Clio et son Regard. Mélanges d'Histoire, d'Histoire de l'Art et d'Archéologie offerts à Jacques Stiennon à l'Occasion de ses vingt-cinq ans d'Enseignement à l'Université de Liège*. Liège, 235-244.
- FELÍCIA, Diana, [no prelo]. *Tabelas para o uso do fiel de Sacristia: História, Iconografia e Regulamentação do Toque dos Sinos da Catedral do Porto*. Porto: Cabido Portucalense.
- FELÍCIA, Diana, 2020. Em nome de quem os sinos dobram: a coleção de carimbos da Fundação de Sinos de Rio Tinto. *Revista Mvsev*. IV Série, (24), 167-184.
- FELÍCIA, Diana, 2019a. *De Campanis Fundentis. A Fábrica de Fundação de Sinos de Rio Tinto*. Relatório de 2.º Ciclo de Estudos em História da Arte, Património e Cultura Visual, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FELÍCIA, Diana, 2019b. “O sineiro que tangia sinos”. A história do “Carrilhão” da Igreja Matriz de Rio Tinto. Em: Antónia Fialho CONDE, Vanda de SÁ, e Rodrigo Teodoro de PAULA. *Paisagens sonoras históricas. Anatomia dos sons nas cidades* [Em linha]. Évora: CIDEHUS [consult. 2024-12-09]. Disponível em: <https://books.openedition.org/cidehus/17552>.
- GONÇALVES, António Nogueira, 1959. *Inventário Artístico de Portugal*. Lisboa: Academia Nacional das Belas-Artes. Vol. 6: *Distrito de Aveiro – Zona Sul*.
- PAIVA, José Pedro, coord., 2016. *História da Diocese de Viseu*. Coimbra: Diocese de Viseu; Imprensa da Universidade de Coimbra. Vol 1.
- PAULA, Rodrigo Teodoro de, 2021. Vozes «brônzeas» na paisagem sonora eborense: história, inventariação e revitalização patrimonial dos sinos intramuros de Évora. Em: Antónia Fialho CONDE, Vanda de Sá, e Rodrigo Teodoro de PAULA, eds. *Paisagens sonoras históricas. Anatomia dos sons nas cidades* [Em linha]. Évora: CIDEHUS [consult. 2024-12-09]. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/31814>.
- PAULA, Rodrigo Teodoro de, 2018. O «som brônzeo» da morte: Poder e liturgia fúnebre a partir da torre sineira da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa (1730-1769). *Revista Portuguesa de Musicologia* [Em linha]. 5(1) [consult. 2024-12-09]. Disponível em: <https://rpm-ns.pt/index.php/rpm/article/view/337>.

- PEREIRA, Félix Alves, 1938. Antiquitus. O Sino Velho de Santa Maria de Sintra. Uma raridade de bronze. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série, (XXX), 1-13. Reeditado in *Sintra do Pretérito*, 1975. Sintra, 149-161.
- RÉAU, Louis, 1997. *Iconografía del Arte Cristiano – Iconografía de los Santos A-F*. Barcelona: Ediciones del Serbal.
- SEBASTIAN, Luís, 2008. *Subsídios para a História da fundição sineira em Portugal*. Coruche: Câmara Municipal de Coruche, Museu Municipal de Coruche. Trajectos da História, 3.
- SEBASTIAN, Luís, 2006. O Sino Manuelino da Sé de Lamego. Em: Nuno RESENDE, coord. *O Compasso da Terra. A arte enquanto caminho para Deus*. Lamego: Diocese de Lamego, vol. 1, pp. 254-283.
- Synodicon – Synodicon Hispanum. II. Portugal*. Ed. de Francisco CANTELAR RODRÍGUEZ et al. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.
- SOUSA, Ana Cristina, 2010. *Tytolo da prata (...), do arame, estanho e ferro (...), latam cobre ecousas meudas... Objectos litúrgicos em Portugal (1478-1571)*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Tombos da Ordem de Cristo: Comendas do Vale do Mondego*. Ed. de Iria GONÇALVES. Lisboa: CEH -UNL, 2006. Vol. 3.
- VALDEZ, J. J. Ascensão, 1912. Campanários em Portugal. Apontamentos para a História da Arte de fundição de sinos. *Boletim da Associação dos Archeólogos Portuguezes*. Lisboa. 5.ª Série, **XII**(10), 411-427.
- VALDEZ, J. J. Ascensão, 1911. Campanários em Portugal. Apontamentos para a História da Arte de fundição de sinos. *Boletim da Associação dos Archeólogos Portuguezes*. Lisboa. 5.ª Série, **XII**(6), 274-290.
- Vereações. Anos de 1390-1395*. Ed. de A. de Magalhães BASTO. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1936.
- VORAGINE, Jacques de, 1982. *La Leyenda Dorada*. Madrid: Alianza Editorial. Alianza Forma, 1.